

Themen

Die Themen dieses Glossars sind unter anderem:

Asylrecht | Behörden | Aufenthalt | Dublin | Kinderrechte |
Residenzpflicht | Polizei

Sprachen

Das Rechtsglossar von **Translation for All** gibt es in diesen Sprachen:

englisch | französisch | italienisch | spanisch | portugiesisch |
russisch | arabisch

Bestellung

Wenn du Kopien des Glossars bestellen möchtest, kannst du das hier tun:

translationforall@lists.riseup.net

<http://translationforall.blogspot.eu/kontakt/bestellungorderpedido/>

Du kannst die Glossare entweder abholen im Ami* Curiae, Prinzenallee 58 C, 13359 Berlin (Öffnungszeiten: <http://amicuriae.blogspot.eu>) oder wir schicken dir die Exemplare gerne gegen Erstattung des Portos zu.

Spendenvorschlag pro Kopie: 2–5 €. Die Spenden werden für den Druck benötigt und um Übersetzungen und Verdolmetschungen zu organisieren.



Temas

Os temas deste glossário incluem:

Direito de Asilo | Autoridades | Permanência | Regulamento de
Dublin | Direitos da Criança | Obrigação de Residência | Policia

Línguas

O glossário jurídico da **Translation for All** existe nas seguintes línguas:

inglês | francês | italiano | espanhol | português | russo | árabe

Pedidos

Se quiseres pedir cópias deste glossário, podes fazê-lo aqui:

translationforall@lists.riseup.net

<http://translationforall.blogspot.eu/kontakt/bestellungorderpedido/>

Podes buscar os glossários pessoalmente no endereço Ami* Curiae, Prinzenallee 58 C, 13359 Berlin (horário de atendimento: <http://amicuriae.blogspot.eu>) ou enviamos as cópias ao teu endereço (contra o reembolso das despesas de envio). *Recomendamos uma doação de 2–5€ por cópia.*

Estas doações são utilizadas para pagar a impressão e para organizar serviços de tradução e interpretação.

RECHTS- GLOSSÄR WORTBUCH DEUTSCH – PORTUGIESESCH Alemão – Português

Rechtswörterbuch

Unter Anderem zu:
Asylrecht | Behörden
Aufenthalt | Dublin | Polizei

Glossário jurídico

Inclui os temas:
Direito de Asilo | Autoridades
Residência | Dublin | Policia

GLOSSÁRIO DE TERMOS LEGAIS

Tabela dos conteúdos

I. INTRODUÇÃO.....	2
II. TERMOS GERAIS.....	3
A) AUTORIDADES & ÓRGÃOS JUDICIAIS.....	3
B) LEIS & TEXTOS LEGISLATIVOS.....	13
C) REGULARIZAÇÃO / ESTATUTO DE RESIDÊNCIA.....	20
D) OUTROS TERMOS GERAIS.....	26
III TEMAS ESPECÍFICOS.....	42
A) REGULAMENTO DUBLIN III.....	42
B) DIREITOS DA CRIANÇA E ASILO.....	49
C) OBRIGAÇÃO DE RESIDÊNCIA.....	54
D) CONTROLOS POLICIAIS.....	60
IV. LISTA DOS LEIS E ABREVIACÕES.....	67

I. Introdução

Este glossário foi elaborado durante um período de dois anos com a ajuda de muitas pessoas para facilitar a comunicação sobre o direito de asilo e permanência. Deve ajudar a entender os próprios direitos, a fazê-los valer e deve capacitar as pessoas de fazerem frente contra a exclusão.

O glossário foi estruturado por temas, enfatizando, nesta primeira edição, os conhecimentos básicos sobre a lei de permanência, os direitos da criança, o Regulamento Dublin, o processo de asilo, obrigação de residência e caracterização racial.

As leis sofrem alterações permanentes: já só em 2015, por exemplo, houve três alterações do direito de asilo, tornando-o mais restritivo. Este glossário, portanto, é um trabalho em curso. Ele deve servir de ajuda e não pode substituir nem o conselho, nem a representação jurídica. Não assumimos nenhuma responsabilidade por eventuais erros ou pela atualidade do documento. Por razões de legibilidade, se optou por uma formulação geral, sem indicação de gênero masculino ou feminino. Entenda-se que o plural inclui o gênero feminino.

Berlim, janeiro de 2016

II. Termos Gerais

a) Autoridades & Órgãos judiciais

Begriff/Terme	Erklärung	Definição
Arbeitsamt Centro de Emprego	Behörde, die für die Arbeitsvermittlung und die → Arbeitsmarktüberprüfung zuständig ist.	O centro de emprego é a autoridade responsável pela colocação de funcionários (→Arbeitsvermittlung) e pela análise do mercado de trabalho →Arbeitsmarktüberprüfung
Ausländer-behörde Serviço de estrangeiros	Ausländerbehörden sind für einen bestimmten Landkreis zuständig. Sie setzen das → AsylG, → AsylbLG und → AufenthG durch. Sie erteilen oder versagen →Niederlassungserlaubnisse, führen die Akten und entscheiden über →Abschiebungen. Sie	O serviço de estrangeiros é a autoridade responsável por um determinado distrito. Implementa a Lei de asilo (→AsylG/Asylverfahrensgesetz), a Lei Alemã dos Benefícios aos Requerentes de Asilo (→AsylbLG / Asylbewerberleistungsgesetz) e a

	<p>unterstützen das → BAMF in der Asylprüfung. Sie stellen Passersatzpapiere, →Duldungen und Fremdenpässe aus. Außerdem entscheiden sie über → Familienzusammenführung (Familiennachzug).</p>	<p>Lei de Residência (→AufenthG / Aufenthaltsgesetz). Concede ou rejeita uma autorização de estabelecimento (→Niederlassungserlaubnis), cuida dos registos e documentos e decide sobre o afastamento do refugiado (→Abschiebung). Para além disso apoia o Serviço Federal de Migração e Refugiados da Alemanha (BAMF) no processo de avaliação de pedidos de asilo. Emite documentos que substituem o passaporte (Passersatzpapiere), →autorizações excepcionais de estadia (→Duldungen) e passaportes para estrangeiros (Fremdenpässe). Além disso, decide sobre a reunião de famílias (→Familienzusammenführung).</p>
--	---	---

<p>Behörde</p> <p>Autoridade</p>	<p>Behörden sind alle Organe der staatlichen Verwaltung. Behörden übernehmen Aufgaben der öffentlichen Verwaltung und können →Verwaltungsakte machen. Verwaltungen müssen auf der Grundlage von Gesetzen handeln, z. B. →Ausländerbehörde usw.</p>	<p>O termo “autoridade” abrange todos os órgãos da administração pública. As autoridades executam tarefas da administração pública e podem realizar atos administrativos (→Verwaltungsakte). Todas as administrações são obrigadas a agir com base na lei, por exemplo o Serviço de Estrangeiros etc.</p>
<p>Bezirksamt/ Bezirks- sozialamt</p> <p>Autoridades do distrito municipal/ Serviço social do distrito municipal</p>	<p>Verwaltungsbehörde für einen bestimmten Bezirk, verantwortlich z.b. für Kindergeld, Krankenscheine, Leistungen nach dem Asylbewerberleistungsgesetz (→AsylbLG).</p>	<p>Representa uma autoridade administrativa responsável por um determinado distrito municipal, que cuida de assuntos como, por exemplo, o abono de família (Kindergeld), a licença médica (Krankenschein) ou prestação em função da Lei Alemã dos Benefícios aos Requerentes de Asilo (→AsylbLG).</p>

<p>Bundesamt für Migration und Flüchtlinge (BAMF)</p> <p>Serviço Federal de Migração e Refugiados da Alemanha (BAMF)</p>	<p>Hauptsitz in Nürnberg. Ist für die Bearbeitung der Asylanträge zuständig und hat in jedem Bundesland eine Außenstelle.</p>	<p>Tem sua sede em Nürnberg/Nuremberga). É responsável pelo processamento de pedidos de asilo e possui uma filial em todos os estados federados da Alemanha.</p>
<p>Bundesverfassungsgericht (BVerfG)</p> <p>Tribunal Constitucional</p>	<p>Das Bundesverfassungsgericht ist das höchste Gericht Deutschlands. Es überprüft die Übereinstimmung der Gesetze mit dem Grundgesetz (Verfassung). Seine Entscheidungen sind für alle staatlichen Organe bindend.</p>	<p>O Tribunal Constitucional Federal da Alemanha é o tribunal de última instância da Alemanha. Ele avalia a conformidade das leis com a Lei Fundamental alemã (Constituição). As suas decisões são vinculativas para todos os órgãos públicos.</p>

Federal da Alemanha (BVerfG)		
Europäischer Gerichtshof (EuGH) Tribunal de Justiça da União Europeia (EuGH)	Der Gerichtshof der Europäischen Union. Er entscheidet über Rechtsstreite zwischen verschiedenen EU-Ländern und -Organen. Auch Individuen können zum EuGH gehen, wenn ein Organ der EU ihre Rechte verletzt hat	O Tribunal de Justiça da União Europeia tem a competência de tomar decisões em litígios entre diferentes países-membros e órgãos da União Europeia. Qualquer indivíduo também pode recorrer ao Tribunal de Justiça da União Europeia, caso um órgão da UE tenha violado um dos seus direitos.
Europäischer Gerichtshof für Menschen- rechte (EGMR)	Sitz in Straßburg. Für alle 47 Mitgliedsländer des → Europarats zuständig. Personen können hier klagen, wenn ihre Menschenrechte verletzt werden und sie alle nationalen Rechtsmittel	(Sede: Straßburg/Estrasburgo). Ele é responsável por todos os 47 países-membros do Conselho da Europa (→Europarat). Indivíduos podem recorrer a este tribunal caso seus direitos fundamentais tenham

Tribunal Europeu de Direitos Humanos (EGMR)	ausgeschöpft haben oder es diese nicht gibt.	sido violados, desde que o indivíduo tenha esgotado todos os recursos legais nacionais existentes ou caso não existam recursos legais.
Europarat Conselho da Europa	Der Europarat ist institutionell nicht mit der EU verbunden, hat aber auch das Ziel, die europäischen Interessen zu stärken. Alle Mitgliedsstaaten des Europarates haben sich dazu verpflichtet, die Menschenrechte einzuhalten. Der europäische Gerichtshof für Menschenrechte ist ein Rechtsorgan des Europarates. Mitgliedstaaten sind: Belgien, Dänemark, Frankreich, Vereinigtes Königreich, Irland, Italien,	O Conselho da Europa não é ligado à União Europeia de forma institucional. Mesmo assim, ele tem o objetivo de reforçar os interesses europeus. Todos os países-membros do Conselho da Europa são obrigados a respeitar os direitos humanos. O Tribunal de Justiça da União Europeia é um órgão judicial do Conselho da Europa. Países-membros: Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países-Baixos, Noruega, Suécia, Grécia, Turquia

	<p>Luxemburg, Niederlande, Norwegen, Schweden, Griechenland, Türkei, Island, Deutschland, Österreich, Zypern, Schweiz, Malta, Portugal, Spanien, Liechtenstein, San Marino, Finnland, Ungarn, Polen, Bulgarien, Estland, Litauen, Slowenien, Slowakische Republik, Tschechische Republik, Rumänien, Andorra, Lettland, Albanien, Moldawien, Ukraine, die ehemalige jugoslawische Republik Mazedonien, Russische Föderation, Kroatien, Georgien, Armenien und Aserbaidshan, Bosnien und Herzegowina, Serbien, Monaco, Montenegro.</p>	<p>(1949). Islândia (1950), Alemanha (1950), Áustria (1956), Chipre (1961), Suíça (1963), Malta (1965), Portugal (1976), Espanha (1977), Liechtenstein (1978), São Marinho (1988), Finlândia (1989), Hungria (1990), Polónia (1991), Bulgária (1992), Estónia (1993), Lituânia (1993), Eslovénia (1993), República Eslovaca (1993), República Checa (1993), Roménia (1993), Andorra (1994), Letónia (1995), Albânia (1995), Moldávia (1995), Ucrânia (1995), a antiga República Jugoslava da Macedónia (1995), Federação Russa (1996), Croácia (1996), Geórgia (1999), Arménia e Azerbaijão (2001), Bósnia e Herzegovina (2002), Sérvia (2003), Mónaco (2004), Montenegro (2007)</p>
--	--	--

<p>Mitgliedsstaaten der Europäischen Union (EU) mit Beitrittsjahr</p> <p>Paises-membros da União Europeia (UE)</p>	<p>Belgien (1952) Bulgarien (2007) Dänemark (1973) Deutschland (1952) Estland (2004) Finnland (1995) Frankreich (1952) Griechenland (1981) Irland (1973) Italien (1952) Kroatien (2013) Lettland (2004) Litauen (2004) Luxemburg (1952) Malta (2004) Niederlande (1952) Österreich (1995) Polen (2004) Portugal (1986) Rumänien (2007) Schweden (1995) Slowakei (2004) Slowenien (2004) Spanien (1986) Tschechische Republik (2004) Ungarn (2004) Vereinigtes Königreich (1973) Zypern (2004)</p>	<p>Bélgica (1952) Bulgária (2007) Dinamarca (1973) Alemanha (1952) Estónia (2004) Finlândia (1995) França (1952) Grécia (1981) Irlanda (1973) Itália (1952) Croácia (2013) Letónia (2004) Lituânia (2004) Luxemburgo (1952) Malta (2004) Países-Baixos (1952) Áustria (1995) Polonha (2004) Portugal (1986) Roménia (2007) Suécia (1995) Eslováquia (2004) Slovénia (2004) Espanha (1986) República Checa (2004) Hungria (2004) Reino Unido (1973) Chipre (2004)</p>
<p>Staatsanwaltschaft</p>	<p>Behörde, die für die Strafverfolgung und -vollstreckung zuständig ist.</p>	<p>O Ministério Público é a autoridade responsável pela aplicação da lei e pelo procedimento penal.</p>

Ministério Público		
Verwaltungsgericht Tribunal Administrativo	Ein Gericht, das sich mit Verwaltungsrecht beschäftigt. Verwaltungsrecht (= öffentliches Recht) regelt Rechtsstreite zwischen Staat und Menschen. Alle anderen Sachverhalte werden von Amts- oder Landgerichten entschieden.	O Tribunal Administrativo executa o direito administrativo. O direito administrativo (= direito público) regula litígios entre o Estado e indivíduos. Todos os assuntos restantes são deliberados em tribunais da comarca (Amtsgericht) e tribunais regionais (Landgericht).

<p>Zuwanderung s-referat der Ausländer- behörde</p> <p>Unidade de imigração do Serviço de Estrangeiros</p>	<p>Abteilung der → Ausländerbehörde für Einwanderung, Flüchtende und →Abschiebung.</p>	<p>Unidade do Serviço de Estrangeiros (→Ausländerbehörde) responsável pela imigração, pelos refugiados e pelo afastamento (→Abschiebung).</p>
---	--	---

b) Leis & textos legislativos

Begriff	Erklärung	Definição
<p>Allgemeine Erklärung der Menschen- rechte</p>	<p>Die Allgemeine Erklärung der Menschenrechte oder UN- Menschenrechtscharta enthält alle grundlegenden Rechte, die alle</p>	<p>A Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou seja, a Carta dos Direitos Humanos das Nações Unidas delinea todos os direitos</p>

Declaração Universal dos Direitos Humanos	Menschen haben müssen. Alle Staaten, die die Erklärung unterzeichnet haben, müssen sie einhalten und ihre Gesetze dürfen den Menschenrechten nicht widersprechen. Sie wurde von den Vereinten Nationen 1948 als Reaktion auf die Ereignisse des Zweiten Weltkriegs verabschiedet.	humanos básicos. Todos os países signatários são obrigados a respeitar os direitos humanos. Além disso, as suas legislações nacionais não podem ser contraditórias aos direitos humanos. A Carta foi adotada pelas Nações Unidas em 1948 como reação às atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.
ASOG (Allgemeines Sicherheits- und Ordnungsgesetz) Lei Geral de Segurança e	Das ASOG regelt das Handeln der Polizei und Ordnungsbehörden (→ Ordnungsamt) in Berlin. Jedes Bundesland hat ein eigenes Gesetz, z. B. hat die Polizei in Bayern mehr Befugnisse als in Berlin.	A Lei Geral de Segurança e Ordem Pública (ASOG) determina o modo de proceder da polícia e das forças da ordem pública em Berlim. Cada estado federado tem a sua própria legislação. Assim, a polícia na Baviera, por exemplo, tem mais competências que a polícia de Berlim.

Ordem Pública		
AufenthG (Aufenthalts- gesetz) Lei de Residência	Das Aufenthaltsgesetz regelt die Ein- und Ausreise und den Aufenthalt von Personen aus sog. → Drittländern (nicht EU) in Deutschland.	A Lei de Residência regula a entrada e saída, bem como a residência de pessoas oriundas de países terceiros (fora da UE) (→Drittländer) na Alemanha.
AsylbLG (Asyl- bewerber- leistungs- gesetz) Lei Alemã dos Benefícios aos Requerentes de Asilo	Bestimmt seit 1993 die Höhe und Form (Geld oder Sachen) von Leistungen, die Asylbewerber_innen, → Geduldete sowie Personen, die → vollziehbar ausreisepflichtig sind, erhalten.	Desde 1993, a Lei Alemã dos Benefícios aos Requerentes de Asilo (AsylbLG) determina o valor e a natureza dos benefícios (dinheiro ou bens físicos) que podem ser concedidos a requerentes de asilo, pessoas com autorização excepcional de residência (→Geduldete) e pessoas, cuja expulsão pode ser executada pelas autoridades competentes (→vollziehbar ausreisepflichtig).

<p>Asylrecht</p> <p>Direito ao asilo</p>	<p>Das Recht auf Asyl wurde 1949 in der deutschen Verfassung (dem Grundgesetz) verankert (Art. 16 GG), hauptsächlich um der Erfahrung der nationalsozialistischen Verfolgung und Genoziden Rechnung zu tragen. Das Grundgesetz wurde im Auftrag der Besatzungsmächte (USA, England, Frankreich) ausgearbeitet und musste somit sowohl eine föderale Ordnung als auch die Grundrechte enthalten. Artikel 16 gewährte allen Menschen, die politisch Verfolgt wurden, Asyl. 1993 wurde das Asylrecht eingeschränkt, so dass Menschen, die aus sogenannten → „sicheren Drittstaaten“ kommen, kein Recht auf Asyl haben. Alle Länder um</p>	<p>O Direito ao Asilo foi ancorado na Constituição Alemã (a Lei Fundamental, GG) em 1949 (Art. 16 Lei Fundamental (GG)), principalmente para levar em conta os genocídios e as perseguições cometidos pelos nazistas. A Lei Fundamental foi elaborada em nome das potências ocupantes (EUA, Inglaterra, França) e tinha de cumprir com as exigências não só de uma ordem federal, mas também das leis fundamentais. O artigo 16 garante o asilo a todas as pessoas politicamente perseguidas. Em 1993, o Direito ao Asilo foi restringido, determinando que pessoas oriundas de países de origem seguros (→sichere Drittstaaten) não teriam direito ao</p>
---	--	--

	<p>Deutschland herum und alle EU-Mitgliedsstaaten wurden zu „sicheren Drittstaaten“ erklärt. Dadurch konnten Menschen, die Asyl beantragen möchten, direkt an den deutschen Landgrenzen abgewiesen werden. Zur gleichen Zeit wurden mit dem → Asylbewerberleistungsgesetz materielle und finanzielle Beschränkungen durchgesetzt. 1994 wurde die → Genfer Flüchtlingskonvention verabschiedet. 2003 wurde die → Dublin Verordnung verabschiedet. 2015 wurden weitere Verschärfungen des → AufenthG, →AsylG und →AsylbLG durchgesetzt.</p>	<p>asilo. Todos os países em redor da Alemanha e todos os países-membros da União Europeia foram declarados „países de origem seguros“. Deste modo, pessoas querendo pedir asilo podiam ser rejeitados diretamente nas fronteiras alemãs. Ao mesmo tempo, foram implementadas várias restrições materiais e financeiras através da Lei Alemã dos Benefícios aos Requerentes de Asilo (→Asylbewerberleistungsgesetz). Em 1994, foi adotada a Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados (→Genfer Flüchtlingskonvention), seguida pela adoção do Regulamento Dublin em 2003 (→Dublin-Verordnung). Em</p>
--	---	--

		<p>2015, a Lei de Residência (→AufenthG), a Lei de asilo (→AsylG) e a Lei Alemã dos Benefícios aos Requerentes de Asilo (→AsylbLG) se tornaram mais rígidas.</p> <p>(→ AufenthG), de la loi sur la procédure d'asile (→AsylG) et de la loi sur les bénéfices pour les personnes demandeurs d'asile (→AsylbLG) ont été adoptés.</p>
<p>Asyl- verfahrensge setz (AsylVfG)</p> <p>Lei do Processo de Asilo</p>	<p>Das Asylverfahrensgesetz regelt das Asylverfahren in Deutschland. Es konkretisiert damit das Recht auf Asyl nach Art. 16a GG (→ Asylrecht). Seit 2017 gilt das Aslygesetz (AsylG)</p>	<p>A Lei do Processo de Asilo regula o processo de asilo na Alemanha. Assim, a lei concretiza o direito ao asilo de acordo com o Art. 16a da Lei Fundamental (GG) (→Asylrecht, direito de asilo). Desde 2017, aplica-se a Lei de Asilo (AsylG).</p>

<p>Genfer Flüchtlingskonvention (GFK)</p> <p>Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados</p>	<p>Wurde 1951 von den Vereinten Nationen (UN) verabschiedet. Sie wurde von 147 Staaten anerkannt, u.a. von Deutschland. Nach der GFK sind Menschen Flüchtende, wenn sie wegen ihrer „Rasse“, Religion, Nationalität, Zugehörigkeit zu einer bestimmten sozialen Gruppe (u.a. Gender, sexuelle Orientierung, Frauen) oder politischer Überzeugung verfolgt werden. Die Verfolgung muss entweder vom Staat ausgehen oder vom Staat nicht verhindert werden. Die GFK ist u.a. durch §60 → AufenthG gesetzlich verankert.</p>	<p>A Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados (GFK segundo o seu acrónimo em alemão) foi adotada pelas Nações Unidas em 1951 e foi reconhecida por 147 países, entre outros pela Alemanha. Segundo esta convenção, pessoas são reconhecidas como refugiados quando são perseguidas em função da sua raça, sua orientação sexual, sua religião, sua nacionalidade, sua pertença a um grupo social determinado (gênero, mulheres) ou sua convicção política. A perseguição tem de ser executada pelo Estado em si ou não ser impedida pelo Estado. A convenção é ancorada na lei, por exemplo pelo Artigo 60 da Lei de Residência</p>
--	---	---

	(→AufenthG).
--	--------------

c) Regularização / Estatuto de residência

Begriff	Erklärung	Definição
Aufenthalts- erlaubnis Autorização de residência	Ein befristeter Aufenthaltstitel, der einer Person für einen bestimmten Zweck gegeben wird (z.B. für eine Ausbildung, Arbeit oder aus völkerrechtlichen, humanitären, politischen und familiären Gründen). [§§ 7, 8 AufenthG, Ausbildung (§16, 17 AufenthG), Beschäftigung (§18ff. AufenthG), humanitäre Gründe (§§22, 25 AufenthG)]	Trata-se de uma autorização temporária de residência, concedida à pessoa por um determinado motivo (por exemplo para concluir uma formação profissional, para o trabalho, por razões humanitárias, políticas, familiares ou relativo ao Direito Internacional. [Artigos 7, 8 da Lei de Residência (AufenthG) „Formação Profissional“ (“Ausbildung“) (Artigos 16, 17 da Lei

		de Residência (AufenthG)), „Trabalho“ („Beschäftigung“) (Artigo 18 e seguintes da Lei de Residência (AufenthG)), “Razões humanitárias“ („humanitäre Gründe“) (Artigos 22, 25 da Lei de Residência (AufenthG)).
Aufenthalts- gestattung	Der Aufenthaltsstatus während des Asylverfahrens in Deutschland. Kein → Aufenthaltstitel. [§ 55 Abs. 1 AsylG]	Determina o estatuto de permanência da pessoa durante o processo de asilo. Não é igual a um título de residência (→Aufenthaltstitel) [Artigo 55 n.º 1 da Lei de asilo (AsylG)]
Autorização de permanência		
Aufenthalts- titel	→ Aufenthaltserlaubnis, → Niederlassungserlaubnis, →Erlaubnis zum Daueraufenthalt-EU. Seit 2005 ist „Aufenthaltstitel“ der europaweite Oberbegriff von	(→ Aufenthaltserlaubnis, → Niederlassungserlaubnis →Erlaubnis zum Daueraufenthalt EU) Desde 2005, o termo “título de residência” é o termo geral usado
Título de		

residência	allen Aufenthaltsdokumenten von Bürgern aus → Drittstaaten. [(EG) Nr. 1030/2002 (EG) Nr. 380/2008]	em toda a Europa, que abrange todos os documentos relativos à residência de cidadãos de países terceiros (→Drittstaaten) [CE] N° 1030/2002 (CE) N° 380/2008]
Duldung Autorização excepcional de estadia	Duldung wird die „vorübergehende Aussetzung der → Abschiebung“ genannt. Personen, die Deutschland verlassen müssen (vgl. → vollziehbar ausreisepflichtig), dürfen nur für einen begrenzten Zeitraum in Deutschland bleiben. Eine Duldung ist kein →Aufenthaltstitel, sondern heißt nur, dass die Person bei der →Ausländerbehörde registriert und nicht „illegal“ ist. [§ 60a Abs. 4 AufenthG]	A autorização excepcional de estadia é igual a uma suspensão temporária do afastamento (→Abschiebung). Pessoas que são obrigadas a sair da Alemanha (cuja expulsão pode ser executada pelas autoridades competentes→vollziehbar ausreisepflichtig) podem ficar na Alemanha apenas por um período limitado. A autorização excepcional de estadia não representa um título de residência (→Aufenthaltstitel), e significa apenas que a pessoa é

		registrada junto ao serviço de estrangeiros (→Ausländerbegehörde) e não vive em “situação irregular”. [Artigo 60a n.º 4 da Lei de Residência (AufenthG)]
Erlaubnis zum Daueraufenthalt-EU Permissão de residência permanente na UE	Unbefristete Aufenthaltserlaubnis für Menschen, die min. 5 Jahre ununterbrochen rechtmäßigen Aufenthalt in der EU (!) gehabt haben. Dies gilt somit auch für Menschen, die in einem anderen EU-Land einen Aufenthaltstitel besitzen und in Deutschland leben möchten. Dies ist auch ein Aufenthaltstitel. [§ 9a AufenthG, § 38a AufenthG]	Trata-se de uma permissão de residência permanente para pessoas que têm residido em situação regular na UE por 5 anos no mínimo (!) seguidos. Isto refere-se também a pessoas que têm um título de residência (→Aufenthaltstitel) em um outro país da UE e que querem viver na Alemanha. Esta permissão também cai na categoria dos títulos de residência. [Artigo 9a da Lei de Residência (→AufenthG) Artigo 38a da Lei de Residência]

		(→AufenthG)]
Fiktionsbescheinigung Autorização de residência provisória	Vorläufiges Aufenthaltsrecht. Wenn Personen eine → Aufenthaltserlaubnis beantragen, braucht die Ausländerbehörde oft eine gewisse Bearbeitungszeit. Für diesen Zeitraum kann der Person eine Fiktionsbescheinigung gegeben werden. [§81 →AufenthG]	Autorização de permanência preliminar. Depois de apresentar o pedido para obtenção de autorização de residência (→AufenthG), o serviço de estrangeiros precisa de um certo tempo para processar o pedido. Durante este período, o requerente pode receber uma autorização de residência provisória. [Artigo 81 da Lei de Residência (→AufenthG)]
Niederlassungserlaubnis Autorização de estabelecimento	Unbefristeter Aufenthaltstitel und Aufenthaltsrecht. [§ 9 →AufenthG]	Título de residência permanente, concede o direito de residência à pessoa. [Artigo 9 da Lei de Residência (→AufenthG)]

<p>Unanfechtbare Zuerkennung der Flüchtlingseigenschaft</p> <p>Concessão (incontestável) do estatuto de refugiado</p>	<p>Die Anerkennung einer Person als „Flüchtling“. Dies bedeutet die Anerkennung, dass die Person persönlich verfolgt wurde und das Herkunftsland keinen Schutz vor dieser Verfolgung bieten konnte. Wer als „Flüchtling“ anerkannt wird bekommt einen →Aufenthaltstitel. [§ 60 AufenthG, § 16a GG, Art. 1a Nr. 2 GFK]</p>	<p>Significa o reconhecimento da pessoa como “refugiado”. Assim, as autoridades reconhecem formalmente que a pessoa foi perseguida e que o país de origem foi incapaz de proteger a pessoa contra esta perseguição. Uma pessoa que foi reconhecida como “refugiado” leva à concessão de um título de residência. [Artigo 60 da Lei de Residência (AufenthG) Artigo 16a da Lei Fundamental (GG) Artigo 1a n.º 2 Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados (→GFK)]</p>
<p>Vollziehbar Ausreisepflichtig</p>	<p>Eine Person muss Deutschland verlassen und darf abgeschoben werden. Das ist u.a. der Fall, wenn eine Person (a) kein Asyl bekommt</p>	<p>A pessoa é obrigada de sair da Alemanha e pode ser expulsa pelas autoridades competentes. Isto se aplica quando à pessoa (a) é</p>

Obrigação de regresso	(→ Duldung) oder (b) der Aufenthaltstitel endet <u>und</u> es laut der Ausl�nderbeh�rde keine Gründe (wie z. B. Krankheit) gegen eine Abschiebung gibt . [§ 58 Abs. 2 →AufenthG]	negada o direito a asilo (→Duldung) ou (b) quando o t�tulo de residência da pessoa tem vencido e, de acordo com o serviço de estrangeiros, n�o existem raz�es que impe�am a expuls�o (por exemplo uma doen�a). [Artigo 58, n.� 2 Lei de Residência (→AufenthG)]
-----------------------	--	---

d) Outros Termos gerais

Abschiebung Afastamento	Eine Person wird von der Polizei aus Deutschland raus gebracht. Sie wird entweder a) in den → Dublinstaat gebracht in dem die Person als erstes angekommen ist oder b) in das sogenannte Herkunftsland. Dublin-	A pessoa � forçada de sair da Alemanha pela polícia. Ela é transferida ou a) para o país-membro do Regulamento Dublin (→Dublinstaat) através do qual a pessoa inicialmente entrou na UE ou b) para seu país de origem.
-----------------------------------	---	--

	Abschiebungen werden auch Rückführung und Überstellung genannt.	Afastamentos sob o regulamento de Dublin também são chamados repatriamento e transferência.
Arbeitsverbot Proibição de trabalho	Für alle Menschen die keinen → Aufenthaltstitel besitzen (sondern z. B. eine →Aufenthaltsgestattung oder →Duldung) gilt in den ersten drei Monaten ein Verbot zu Arbeiten, zu studieren oder eine Ausbildung zu machen. Als Ausnahme davon können Arbeiten gelten, die für das Wohlbefinden der Person absolut notwendig sind (z.B. künstlerische Tätigkeiten), oder asylbegleitende Arbeit (z.B. Vorträge zu der eigenen Situation, der Situation von Flüchtenden generell oder der Situation in dem „Fluchtland“) und sozio-politisches Engagement im Allgemeinen.	Todas as pessoas sem título de residência (→Aufenthaltstitel), mas que possuem por exemplo uma autorização de residência (→Aufenthaltsgestattung) ou uma autorização especial de estadia (→Duldung) são proibidas a trabalhar, estudar ou fazer uma formação profissional durante os primeiros três meses. Trabalhos essenciais para o bem-estar da pessoa (p. ex. trabalhos artísticos), trabalhos que refletem a vida de refugiados (p.ex. apresentações sobre a situação do requerente de asilo, sobre a situação de refugiados em geral ou sobre a

		situação de vida no país de origem) ou engajamento sócio-político em geral podem representar exceções a esta regra.
Ausreisehindernisse Obstáculos à saída	Gründe dafür, dass Personen nicht abgeschoben werden: Völkerrechtliche, humanitäre, gesundheitliche, rechtliche Gründe sowie Gründe, „zur Wahrung politischer Interessen der Bundesrepublik Deutschland“ (das bedeutet, wenn Deutschland will, kann eine Person, z. B. Fussballspieler_in, über Nacht einen →Aufenthaltstitel bekommen) [§ 60 a, Absatz 2 →AufenthG].	Obstáculos à saída são razões pelas quais a pessoa não pode ser expulsa. Incluem razões em função da jurisdição internacional, da saúde, razões legais e razões em função da „proteção dos interesses políticos da República Federal da Alemanha.“ (Significa que a Alemanha pode conceder um título de residência imediato a um jogador de futebol, por exemplo). [(Artigo 60 a, n.º 2, Lei de Residência (→AufenthG))
Aussetzung der	→ Duldung	→Duldung (Autorização excepcional de estadia)

<p>Abschiebung</p> <p>Suspensão temporária do afastamento / Autorização especial de estadia</p>		
<p>Außergewöhnliche Härte</p> <p>Medidas excepcionalmente drásticas</p>	<p>Wenn es für eine Person eine „außergewöhnliche Härte“ wäre, Deutschland zu verlassen, kann eine Aufenthaltserlaubnis erteilt oder verlängert werden. [§ 23 a AufenthG § 25, Abs. 4, Satz 2 AufenthG]</p>	<p>Quando o afastamento da pessoa é considerado “medida excepcionalmente drástica”, uma autorização de residência pode ser concedida ou prolongada (Artigo 23 a da Lei de Residência (→AufenthG), Artigo 25, n.º 4, linha 2 da Lei de Residência (→AufenthG)).</p>
<p>Berufung</p>	<p>Offizieller, rechtlicher Protest gegen</p>	<p>O recurso representa uma</p>

recurso	ein Gerichtsurteil.	impugnação oficial e legal de uma decisão judicial.
Bescheid Ordem/ decisão administrativa/ Notificação	Eine Handlung der Verwaltung (Form von →Verwaltungsakt), die Rechtskraft hat, z. B. ein Brief.	Trata-se de uma acção administrativa (uma forma de um „ato administrativo“ →Verwaltungsakt) transitado em julgado, como por exemplo uma carta oficial.
Beschwerde Impugnação / reclamação	→Rechtsmittel.	→Rechtsmittel (recurso)
Bevoll- mächtigte Person	Eine Person (a) kann einer anderen Person (b) das Recht geben (Vollmacht) ihre Interessen zu vertreten und auch rechtlich zu handeln. Person b ist die „bevollmächtigte Person“. [Bsp.: §57	Uma pessoa (a) pode conferir o direito de defender seus interesses a uma outra pessoa (b) (poder) e permitir esta pessoa a representá-lo legalmente. A pessoa (b) é a pessoa autorizada. (por exemplo:

Representante	(2) AsylG]	Artigo 57 (2) da Lei de asilo (→AsylG)).
Drittstaats-angehörige Cidadãos de países terceiros	Menschen, die keine Staatsangehörigkeit der →EU oder der → Dublinstaaten haben.	Trata-se de pessoas que não possuem a nacionalidade de um país-membro da UE (→EU) ou do Regulamento Dublin (→Dublinstaaten).
Einspruch Oposição / recurso	→Rechtsmittel	→Rechtsmittel (recurso)
Einstweiliger Rechtsschutz Liminar	Das Gericht entscheidet über die Verhandlungssache in einem schnellen Gerichtsverfahren. Diese Entscheidung wird im darauf folgenden Hauptsachverfahren bestätigt oder verworfen.	Neste caso, o tribunal decide sobre o assunto em questão em um processo de urgência. A decisão tomada é confirmada ou rejeitada no seguinte processo principal.
Erkennungs-	Erfassung von personenbezogenen	Registro de dados pessoais e

<p>dienstliche (ED) Behandlung</p> <p>Identificação criminal / controlo da identidade</p>	<p>und biometrischen Daten einer Person (z. B. Fotos, Fingerabdrücke) [§ 16 AsylG].</p>	<p>biométricos de uma pessoa (por exemplo fotos, impressões digitais) (Artigo 16 da Lei de asilo (→AsylG))</p>
<p>Ermessens-klausel / Ermessens-spielraum</p> <p>Cláusulas discricionárias /margem discricionária</p>	<p>Beschreibt einen Entscheidungsspielraum der Behörden und Beamt_innen. Dies wird (in Gesetzen) meistens durch das Wort „kann“ ausgedrückt.</p>	<p>Trata-se de uma margem para a tomada de decisões por autoridades e funcionários públicos. Normalmente, esta margem é expressa (nos textos legislativos) através da palavra “kann” (“pode”).</p>
<p>Erstaufnahme-einrichtung</p>	<p>Erstaufnahmeeinrichtungen (z.B. Eisenhüttenstadt) sind Unterkünfte</p>	<p>Centros de primeiro acolhimento (por exemplo em Eisenhüttenstadt)</p>

Centros de primeiro acolhimento	für Personen, die gerade in Deutschland angekommen sind und Asyl suchen. Die Personen müssen min. 6* Wochen und maximal 6 Monate in der Erstaufnahmeeinrichtung leben. Während dieser Zeit, ist der Aufenthalt auf den Bezirk der Ausländerbehörde beschränkt. Es besteht → Residenzpflicht. [§47,48, 53 →AsylG]	são abrigos para pessoas recém-chegadas na Alemanha que procurem asilo. Os recém-chegados têm de viver nestes centros de primeiro acolhimento durante um período de 6 semanas no mínimo e podem ficar até 6 meses no máximo. Durante a estadia nos referidos centros, a pessoa só pode deslocar-se dentro da jurisdição do serviço de estrangeiros (→Ausländerbehörde) do respectivo distrito, ou seja, para eles vale a obrigação de residência →Residenzpflicht) (Artigos 47, 48 53 da Lei de asilo (→AsylG)).
---------------------------------	--	--

<p>Grenz- übertritts- bescheini- gung</p> <p>Certificado de passagem das fronteiras</p>	<p>Dieser Brief der → Ausländerbehörde gibt das Datum an, an welchem die Person spätestens Deutschland verlassen muss. Verlässt die Person Deutschland nicht (ohne dies zu begründen), wird die Person polizeilich gesucht um abgeschoben zu werden. [§ 50 Abs. 7 AufenthG]</p>	<p>Este documento emitido pelo serviço de estrangeiros (→Ausländerbehörde) determina a data-limite para a saída da Alemanha. Caso a pessoa não saia (sem apresentar uma justificativa) até esta data, ela será buscada pela polícia com o objectivo de expulsá-la (Artigo 50 n.º 7 da Lei de Residência (→AufenthG.)).</p>
<p>Klage</p> <p>Queixa</p>	<p>Eine Person leitet einen gerichtlichen Prozess gegen eine andere Person/eine Behörde/einen Staat ein.</p>	<p>Uma pessoa inicia um processo judicial contra uma outra pessoa, uma autoridade ou um estado.</p>
<p>Lebensunterh alt</p>	<p>Alle Mittel (z.B. Nahrung, Unterkunft) die zum Leben notwendig sind. Das → BverfG setzt ein Existenzminimum fest.</p>	<p>Abrange todos os meios (por exemplo alimentos, abrigo) que são essenciais para sobreviver. O Tribunal Constitucional Federal da</p>

Subsistência / sustento		Alemanha (→BverfG) determina um nível mínimo de subsistência.
Mitwirkungs- pflicht Dever de cooperação	Die Pflicht von Personen im →Asylverfahren oder Personen mit →Duldung mit der →Ausländerbehörde zusammen zu arbeiten. Sagt die Ausländerbehörde, dass die Mitwirkungspflicht nicht erfüllt wird, können Strafen und/oder Beschränkungen folgen und es wirkt sich dann negativ auf den eigenen Fall aus. [§ 26 VwVfG]	Trata-se do dever de pessoas com um processo de asilo pendente (→Asylverfahren) ou com uma autorização excepcional de estadia (→Duldung) de colaborar com o serviço de estrangeiros (→Ausländerbehörde). Caso o serviço de estrangeiros considere o dever de cooperação não cumprido, a pessoa pode ser sujeita a penas e/ou restrições, o que pode ter efeitos negativos no resultado do seu processo. [§ 26 Lei de Procedimento Administrativo (Verwaltungsverfahrensgesetz)]

<p>Neueinreisebefragung</p> <p>Inquérito na re-entrada</p>	<p>Befragung wenn eine Person unerlaubt wieder nach Deutschland eingereist ist (z.B. nach einer →Abschiebung oder sogenannten 'freiwilligen Ausreise').</p>	<p>O inquérito ocorre quando a pessoa volta a entrar na Alemanha sem autorização por exemplo após a expulsão ou a “saída voluntária”</p>
<p>Ordnungswidrigkeit</p> <p>Contravenção</p>	<p>Eine Ordnungswidrigkeit ist eine kleine (geringfügige) Verletzung von staatlichen Regeln, z.B. wenn eine Person bei Rot über die Straße geht oder bei „Ungehorsam“ gegenüber staatlichen Verwaltungsvorschriften. [Ordnungswidrigkeitengesetz (OWiG)]</p>	<p>Uma contravenção é uma violação (ligeira) das leis públicas, como por exemplo, quando a pessoa atravessa a rua sem respeitar o sinal vermelho ou quando “desobedece” aos regulamentos administrativos do estado (Lei Alemã de Contravenções Penais (OWiG)).</p>
<p>Passeinzugsbescheinigung</p> <p>Certificado de</p>	<p>Ist ein Brief, in dem steht, dass der Reisepass der Person bei der Behörde liegt. Eine Passeinzugsbescheinigung wird ausgestellt, wenn der Reisepass</p>	<p>O certificado de retenção do passaporte é uma carta com a informação que o passaporte da pessoa se encontra na autoridade designada. O certificado de</p>

retenção do passaporte	von der Behörde für die → Abschiebung eingezogen wird. [§ 50 Absatz 6 AufenthG, 50.6.3 der Allgemeinen Verwaltungsvorschrift zum AufenthG]	retenção do passaporte é emitido depois da retenção do passaporte pela autoridade designada para a finalidade do afastamento (→Abschiebung) da pessoa. (Artigo 50, n.º 6 da Lei de Residência (→AufenthG), 50.6.3. do regulamento administrativo geral sobre a Lei de Residência)).
Passpflicht Obrigaçãõ de passaporte	Alle Menschen ohne deutsche Staatsangehörigkeit müssen immer einen gültigen Reisepass oder einen Ausweisersatz bei sich haben (also vorzeigen können). [§ 3 →AufenthG]	Todas as pessoas sem nacionalidade alemã sempre têm de levar consigo e têm de ser capazes de apresentar um passaporte válido ou um documento que substitui o documento de identidade (Artigo 3 da Lei de Residência (→AufenthG))
Rechtmäßiger Aufenthalt	Aufenthalt, der durch einen → Aufenthaltstitel oder → Duldung als „legal“ gesehen wird. Bestehen	Estadia considerada „legal“, devido à existência de um título de residência (→Aufenthaltstitel) ou

Residência legal	keine solche Dokumente wird dies „Unrechtmäßiger Aufenthalt“ genannt.	uma autorização excepcional de estadia (→Duldung). Caso a pessoa não possua os referidos documentos, sua estadia é considerada “ilegal”.
Rechtsbehelf Recurso legal / recurso judicial	Ein Blatt Papier, auf dem steht, wo und wann gegen einen Bescheid oder eine Entscheidung protestiert werden kann (also ein →Rechtsmittel eingereicht werden kann).	Trata-se de um documento que informa quando e onde ela pode apresentar um recurso (→Rechtsmittel) contra uma decisão ou uma ordem.
Rechtsmittel Recurso	Offizieller, rechtlicher Protest gegen Entscheidungen, Beschlüsse und Maßnahmen einer Behörde oder eines Gerichts.	Protesto oficial e jurídico contra decisões, resoluções e medidas tomadas por uma autoridade ou um tribunal.
Sichere Drittstaaten	Sichere Drittstaaten sind alle → Dublinstaaten und seit 2014* Serbien, Bosnien-Herzegowina und Mazedonien. Eine Person die aus	Abrange todos os países-membros do Regulamento Dublin e, desde 2014, a Sérvia, a Bósnia-Herzegovina e a Macedónia são

Países de origem seguros	diesen Ländern kommt oder über sie in die EU eingereist ist, kann ohne Asylverfahren in den sicheren Drittstaat abgeschoben werden. (vgl. → Dublin III). [§ 26a AsylG]	considerados países de origem seguros. Uma pessoa oriunda destes países ou que entra a UE através destes países pode ser afastada para um país de origem seguro sem um processo de asilo (→Dublin III) (Artigo 26a da Lei de asilo (→AsylG)).
Straftat Delito / crime / infração penal	Eine Handlung, die gegen Gesetze verstößt und bestraft wird.	Trata-se de uma acção que representa uma violação da lei e que é punida.
Umverteilung Redistribuição	Ein_e Asylbewerber_in kann sich ihren Aufenthaltsort nicht aussuchen. Asylbewerber_Innen werden einem Bundesland und einer Gemeinde zugewiesen. [§§44 ff. →AsylG]	Um requerente de asilo não pode escolher um local de residência específico. Os requerentes de asilo são alocados a um certo estado federado e uma certa municipalidade (Artigos 44 e seguintes da Lei de asilo (→AsylG))

<p>Verwaltungs- akt</p> <p>Ato administrativo</p>	<p>Ein Verwaltungsakt geht von →Behörden aus und beschreibt ein unmittelbare Maßnahme gegenüber einer Person. Ein Verwaltungsakt ist z.B. ein Abschiebebescheid, also der Brief in dem jemanden mitgeteilt wird, dass sie_er abgeschoben werden soll. Gegen Verwaltungsakte kann eine Person →Rechtsmittel einlegen, z. B. um zu sagen, dass die →Abschiebung nicht durchgeführt werden kann. [§§ 35–52 Verwaltungsverfahrensgesetzes des Bundes (VwVfG)]</p>	<p>Os atos administrativos representam uma medida imediata contra uma pessoa e são implementados pelas autoridades (→Behörden). Um ato administrativo pode p.ex. ser uma notificação informando a pessoa sobre o seu afastamento. A pessoa pode apresentar recursos (→Rechtsmittel) contra o ato administrativo. Assim, a pessoa pode apresentar razões à autoridade que impedem o afastamento (→Abschiebung) (Artigos 35–52 da Lei de Procedimento Administrativo (→VwVfG))</p>
<p>Verwaltungs- verfahren</p>	<p>Ist der Prozess, in dem ein →Verwaltungsakt erstellt wird. In diesem Prozess überprüfen die</p>	<p>Trata-se do processo no âmbito do qual é elaborado um ato administrativo (→Verwaltungsakt).</p>

Procedimento administrativo	→Behörden, ob die notwendigen Bedingungen erfüllt sind, um dem Verwaltungsakt auszustellen. [§ 9 VwVfG]	Durante este processo, as autoridades (→Behörden) verificam se todas as condições para a emissão de um acto administrativo têm sido cumpridas (Artigo 9 da Lei do Procedimento Administrativo (→VwVfG)). →
Revision Revisão	→ Rechtsmittel	→Rechtsmittel (recurso)
Verfassungsbeschwerde Recurso constitucional / recurso interposto junto ao	→Klage vor den höchsten Gerichten Deutschlands: den Landesverfassungsgerichten oder dem →Bundesverfassungsgericht. Die Gerichte prüfen nur, ob die Grundrechte durch den Staat verletzt wurden.	Trata-se de uma queixa (→Klage) que é apresentada aos tribunais superiores da Alemanha, por exemplo, aos Tribunais Constitucionais Estaduais ou o Tribunal Constitucional Federal (→Bundesverfassungsgericht). Os tribunais verificam apenas se os direitos fundamentais da pessoa

Tribunal Constitucional		têm sido violados pelo estado.
Widerspruchs-verfahren Processo de oposição	→Rechtsmittel	→Rechtsmittel (recurso)

III Temas específicos

a) Regulamento Dublin III

Beriff/ Termo	Erklärung	Definição
Dublinstaaten Estado-Membro (do regulamento de Dublin)	Alle Staaten, die Dublin ratifiziert haben: Belgien, Bulgarien, Dänemark, Deutschland, Estland, Finnland, Frankreich, Griechenland, Großbritannien, Irland, Island, Italien, Lettland,	Abrange todos os estados que tenham ratificado o regulamento de Dublin: Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Grã-Bretanha, Irlanda, Islândia, Itália,

	Liechtenstein, Litauen, Luxemburg, Malta, Niederlande, Norwegen, Österreich, Polen, Portugal, Rumänien, Schweden, Schweiz, Slowakei, Slowenien, Spanien, Tschechische Republik, Ungarn, Zypern	Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Noruega, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Suécia, Suíça, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, República Checa, Hungria, Chipre
Eurodac-System Sistema Eurodac	EURODAC ist eine europäische Fingerabdruck-datenbank. Die Fingerabdrücke werden von allen Personen (über 14 Jahren) genommen die a) einen Asylantrag stellen oder b) ohne Dokumente aufgegriffen werden. Alle → Dublinstaaten können in dieser Datenbank sehen, wann und wo jemand die EU betreten hat.	O EURODAC é um banco de dados europeu de impressões digitais. Recolhem-se as impressões digitais de todas as pessoas (de mais de 14 anos) que (a) apresentam um pedido de asilo (→ Asylantrag) ou (b) são detectadas sem documentos. Todos os Estados-Membros (→ Dublinstaaten) podem consultar o banco de dados e ver onde e quando uma pessoa entrou na EU (→EU).

In dubio pro minor	Rechtsprinzip: Im Zweifel für den Minderjährigen (Wenn nicht klar ist, ob eine Person unter 18 Jahre alt ist, sollte diese als Minderjährig (unter 18) angesehen werden).	Princípio judicial: “Em caso de dúvida a favor do menor de idade” (Sempre que houver dúvidas sobre a idade de uma pessoa, dever-se-á partir do pressuposto que é menor de idade (menor de 18 anos)).
Familien-zusammen-führung Reagrupa-mento familiar	Wenn Mitglieder einer Familie in unterschiedlichen → Dublinstaaten ein Asylverfahren haben, können sie schriftlich beantragen, dass ihre beiden Asylverfahren im gleichen Staat gemeinsam geprüft werden.	Sempre que membros da mesma família tenham processos de asilo (→Asylverfahren) em curso em diferentes Estados-Membros (→ Dublinstaaten), eles podem solicitar por escrito que os seus processos sejam analisados no mesmo estado.
Rückkehrverf ahren Procedimento de regresso	Prozess, in dem Personen in ihr sogenanntes „Herkunftsland“ zurückkehren sollen. Dafür wird entweder eine → „Grenzüberschrittsbescheinigung“	Trata-se de um procedimento em que a pessoa deve regressar ao seu „país de origem“. Para esta finalidade, a pessoa recebe um comprovante de passagem da

	(für eine „freiwillige“ Ausreise) gegeben. Wenn die Person nicht ausreist, wird sie abgeschoben (→ Abschiebung).	fronteira (→ „Grenzübertrittsbescheinigung“) (para a saída „voluntária“ do país). Sendo que a pessoa não sai do país, será afastada (→ Abschiebung).
Selbst-eintrittsrecht Direito de assunção da responsabilidade	Jeder → Dublinstaat hat das Recht, (a) Asylanträge und (b) Anträge auf subsidiären Schutz <u>selbst</u> zu prüfen, auch wenn ein anderer Dublinstaat zuständig ist. Wenn also eine Person über Italien nach Deutschland eingereist ist, ist eigentlich Italien verantwortlich. Deutschland kann aber entscheiden (Selbsteintrittsrecht) selbst die Verantwortung zu übernehmen. Die Person bleibt dann erstmal in Deutschland.	Cada Estado-Membro do regulamento de Dublin (→ Dublinstaat) tem o direito de realizar a sua <u>própria</u> verificação de pedidos (a) de asilo (→ Asylantrag) e (b) de protecção subsidiária (→ subsidiären Schutz), também quando a responsabilidade original cabe a outro Estado-Membro. A responsabilidade por uma pessoa que passou pela Itália para Alemanha, recai sobre a Itália. Porém, a Alemanha pode decidir assumir a responsabilidade

		(Selbsteintrittsrecht) e a pessoa permanecerá, para já, na Alemanha.
Still-schweigende Annahme Aceitação tácita	Rechtsprinzip in der Dublin-Verordnung: Eine Person reist durch Griechenland in die → EU ein, und reist dann weiter nach Deutschland und stellt dort (auch) einen Asylantrag. Deutschland findet durch → Eurodac heraus, dass die Person als erstes in Griechenland war und fragt, ob Griechenland die Verantwortung für die Person akzeptiert (Übernahmeersuchen). Auch wenn Griechenland darauf nicht reagiert, akzeptiert Griechenland die Verantwortung (Stillschweigende Annahme). Die Person muss nun innerhalb von 6 Monaten dorthin	A aceitação tácita é um princípio judicial do regulamento de Dublin. Exemplo: Uma pessoa entra na UE (→ EU) pela Grécia e transita para Alemanha, onde apresenta um pedido de asilo. Na Alemanha, descobrem por meio do → Eurodac que a pessoa inicialmente entrou na Grécia. Os funcionários alemães por isso perguntam na Grécia se o estado assume a responsabilidade pela pessoa (solicitação de assunção da responsabilidade). Mesmo que a Grécia não reaja ao pedido, aceita a responsabilidade (aceitação tácita). Portanto, num prazo de seis meses a pessoa tem

	abgeschoben werden. Wenn dies z.B. aus gesundheitlichen Gründen nicht möglich ist, muss Deutschland die Verantwortung übernehmen, also den Asylantrag prüfen	de ser afastada para a Grécia. Caso isso não seja possível, por exemplo por razões de saúde, a Alemanha tem de assumir a responsabilidade, ou seja, tem de analisar o pedido de asilo.
Systematische Unregelmäßigkeiten Irregularidades sistemáticas	(Auch "Systematische Mängel") Wenn der Asylprozess in einem bestimmten → Dublinstaat <u>generell</u> als ungerecht bzw. unmenschlich beurteilt. Wenn das in einem Gerichtsverfahren bewiesen wird, wird der Asylantrag der Person in Deutschland geprüft. Auch Deutschland/EU kann Systematische Unregelmäßigkeiten feststellen und dann ein Abschiebestopp aussprechen (z.B. nach Griechenland)	Ocorrem irregularidades sistemáticas (ou "Systematische Unregelmäßigkeiten", deficiências sistemáticas) quando os processos de asilo (→ Asylprozess) em um Estado-Membro (→ Dublinstaat) podem ser vistos <u>de forma geral</u> como injustos ou desumanos. Sempre que isto pode ser comprovado em um processo judicial, o pedido de asilo da pessoa que pediu asilo na Alemanha também será analisado na Alemanha. A Alemanha ou a UE

	(von Artikel 4 der EU Menschenrechtscharta; Rechtssache C4/11)	(→EU) podem detetar irregularidades e podem pôr termo ao afastamento (desde 2011, por exemplo, existe uma fase de termo do afastamento para Grécia) (Artigo 4.º da Convenção Europeia de Direitos Humanos; Processo C4/11)
Überstellung Transferência	→ Abschiebung in den Dublinstaat, das für die Prüfung des Asylantrages Verantwortlich ist (vgl. → Zuständigkeits-bescheid)	A transferência é igual a um afastamento (→ Abschiebung) para o Estado-Membro (→ Dublinstaat) responsável por analisar o pedido de asilo (→ Asylantrag) (compare → Zuständigkeitsbescheid)
Zuständigkeit s-bescheid Notificação sobre a responsa-	Ein → Bescheid in dem geschrieben ist, welcher → Dublinstaat für die Bearbeitung des Asylantrags zuständig ist (und in welches Land die Person abgeschoben werden soll)	A notificação sobre a responsabilidade é uma notificação (→ Bescheid) em que se dá a conhecer ao requerente de asilo, qual o Estado-Membro (→ Dublinstaat) responsável pela

bilidade		análise do pedido de asilo (→Asylantrag) (e qual o país para o qual será afastado).
----------	--	---

b) Direitos da Criança e Asilo

Begriff/ Termo	Erklärung	Definição
Akutsituation Situação de urgência	Außergewöhnliche Situation, die gefährlich oder lebensbedrohend sein kann (Notsituation)	Uma situação de urgência pode ser descrita como uma situação excepcional que pode ser perigosa ou até significar um risco de morte da pessoa (situação de emergência).
Clearing-verfahren Processo de	Verfahren, in dem geklärt werden soll, warum ein Kind/ ein_e Jugendliche (unter 18 Jahren) z.B. in einem Kinderheim aufgenommen	Processo que visa esclarecer se uma criança ou um jovem (menor de 18 anos) será acolhido num lar de crianças e se teria direito a

„Clearing“/ esclarecimento	wurde und Ob das Kind/ der Jugendlich Anspruch auf Jugendhilfe hat. (§ 42 Sozialgesetzbuch VIII)	medidas de apoio ao adolescente. (Artigo 42 Livro VIII do código de segurança social alemão (Sozialgesetzbuch VIII))
Familiäre Lebens- gemeinschaft Agregado familiar	Zwei oder mehr Personen leben zusammen	Agregado de duas ou mais pessoas que convivem segundo o modelo familiar.
Familien- nachzug Reunião de famílias	→ Familienzusammenführung	→ Familienzusammenführung
Familien- zusammen-	Um Familien nicht zu trennen, können deutsche	Para não separar famílias, cidadãos alemães e todas as

<p>führung</p> <p>Reagrupa- mento familiar</p>	<p>Staatsbürger_innen und Menschen mit Aufenthaltserlaubnis beantragen, dass ihre → Familienangehörigen nach Deutschland kommen. (§ 27 Aufenthaltsgesetz)</p>	<p>peçoas com autorização de residência (→Aufenthaltserlaubnis; mas não →Duldung, nem →Aufenthaltsgestattung) podem solicitar que os seus familiares (→ Familienangehörigen) possam vir para Alemanha (Artigo 27 da Lei Alemã de Permanência (AufenthG)).</p>
<p>Findelkind</p> <p>Criança abandonada</p>	<p>Bezeichnung für ein Kind, das ohne Eltern in Deutschland gefunden wurde. d. Ein Findelkind hat die deutsche Staatsangehörigkeit. Die deutsche Staatsangehörigkeit kann ggf. nur weggenommen werden, falls bewiesen wird, dass die Eltern keine deutsche Staatsangehörigkeit hatten. (§ 4 Staatsangehörigkeitgesetz)</p>	<p>Fala-se de um “Findelkind” quando uma criança foi encontrada abandonada, ou seja sem os seus pais, na Alemanha. Esta criança abandonada recebe a nacionalidade alemã, que só pode ser retirada, quando é provado que os pais não têm/tinham nacionalidade alemã. (Artigo 4 da lei relativa à cidadania (Staatsangehörigkeitgesetz))</p>

<p>Jugendhilfe-einrichtungen</p> <p>Centros de apoio aos jovens</p>	<p>Haus in dem es verschiedene Angebote zur Unterstützung von Jugendlichen gibt. Diese arbeiten mit den örtlichen Jugendämtern zusammen und die im Rahmen der örtlichen Jugendämter stattfinden. (Sozialgesetzbuch VIII)</p>	<p>Estes centros trabalham em cooperação com os serviços locais de proteção social aos adolescentes em cujas instalações realizam as suas ações de apoio. (Livro VIII do código de segurança social alemão (Sozialgesetzbuch VIII))</p>
<p>Personen-sorge-berechtigtes Elternteil</p> <p>Principal responsável por uma criança</p>	<p>Mutter und/oder Vater, die die Personensorge für eine andere Person (z.B. Kind) haben. Ein natürlicher → Vormund sozusagen. (§ 7 Sozialgesetzbuch)</p>	<p>O principal responsável pelo bem-estar de uma criança. Se os pais estão casados, os dois serão responsáveis. Caso os pais não estiverem casados, a responsabilidade passa automaticamente à mãe da criança. Em casos excepcionais, esta responsabilidade pode ser retirada, mas isso requer um processo jurídico. (Artigo 7 Sozialgesetzbuch)</p>

Vertrauensperson Pessoa de confiança	Person, der das Vertrauen ausgesprochen wird	Pessoa (p.e. amigo/a, familiar, conhecido/a) na qual se depositou confiança. Esta pessoa pode assistir ao seu interrogatório.
Vormund Tutor	rechtliche Fürsorge (Verantwortung & Vertretung) für eine „unmündige Person“ (z.B. Kinder), die nicht geschäftsfähig ist. Vormund kann eine Person oder z.B. das Jugendamt sein. (§ 1773 – 1895 Bürgerliches Gesetzbuch)	O tutor tem a responsabilidade e representação para um menor de idade (p.e. uma criança) ou uma pessoa sem capacidade jurídica. A tutela pode ser a cargo de uma pessoa ou de uma autoridade, como p. ex. os serviços de proteção social aos adolescentes. (Artigos 1773 – 1895 do código civil alemão (Bürgerliches Gesetzbuch))

c) Obrigação de residência

Begriff/ Termo	Erklärung	Definição
Bewegungs- freiheit Direito da livre circulação	Das Grund- und Menschenrecht jeder Person sich (innerhalb eines Staates) frei zu bewegen. (Art. 2 Abs. 2 Satz. 2 GG; Art. 13 Allgemeine Erklärung der Menschenrechte)	O direito da livre circulação é um direito fundamental e um direito humano que permite a qualquer pessoa circular livremente (no interior de um estado). (No. 2 do Artigo 2 da lei fundamental alemã (Grundgesetz), Artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)
Residenz- pflicht Obrigação de residência	Residenzpflicht beschreibt zwei Arten von Beschränkungen, die vor allem für Asylbewerber_innen und Personen mit Duldung gelten: (1) wird festgelegt, an welchem Ort die Person leben muss. (2) wird die Bewegungsfreiheit der Person	A obrigação de residência faz referência a dois tipos de limitação, válidos sobretudo para requerentes de asilo com autorização excepcional de estadia (→Duldung): (1) determinação do lugar onde a pessoa tem de viver; (2) limitação

	<p>räumlich eingeschränkt. Der Raum, in dem sich die Person bewegen darf, wird von der Ausländerbehörde bestimmt. Um diesen Raum zu verlassen, muss die Person eine → Verlassenserlaubnis bei der → Ausländerbehörde beantragen. (§§ 61, 95 AufenthG; §§ 56 - 60 AsylG)</p>	<p>do território de circulação da pessoa. Este território é determinado pelo serviço de estrangeiros. Para poder sair do território determinado, a pessoa tem de solicitar uma autorização de circulação (→ Verlassenserlaubnis) no serviço de estrangeiros (→ Ausländerbehörde). (Artigos 61, 95 da Lei Alemã de Permanência (Aufenthaltsgesetz); Artigos 56-60 AsylG)</p>
<p>Residenzpflichtverstoß</p> <p>Violação da obrigação de residência</p>	<p>Ein Residenzpflichtverstoß ist, wenn eine Person, die → Residenzpflicht hat, ohne eine → Verlassenserlaubnis reist. Der Erste Verstoß gilt als eine → Ordnungswidrigkeit, alle weiteren Residenzpflichtveröße gelten als → Straftaten.</p>	<p>Uma pessoa sujeita à obrigação de residência (→ Residenzpflicht) que viaja sem autorização de circulação (→ Verlassenserlaubnis), viola o princípio da mesma. A primeira violação é vista como contravenção (→ Ordnungswidrigkeit), qualquer outra violação da obrigação será</p>

		considerada crime (→ Straftat).
Verlassens- erlaubnis	Wer den zugeteilten Aufenthaltsbereich verlassen will, ohne gegen die → Residenzpflicht zu verstoßen, muss bei der zuständigen Ausländerbehörde eine Verlassenserlaubnis beantragen. Je nach Bundesland und Ausländerbehörde können die Bestimmungen/ Regelungen unterschiedlich sein. Jede Verlassenserlaubnis gilt nur für einen bestimmten Zweck, Ort und Zeitraum (§57,58 AsylG)	Quem quiser viajar fora do território determinado de obrigação de permanência, sem ter de violar a obrigação de residência (→ Residenzpflicht), tem de solicitar uma autorização de circulação no respectivo serviço de estrangeiros. As disposições e regulamentações que regem esta matéria podem variar dependendo do estado federado alemão e do serviço de estrangeiros. Cada autorização de circulação só tem validade para um determinado fim, lugar e período. (Artigos 57 e 58 da Lei de asilo (Asylverfahrensgesetz)).
Autorização de circulação		

<p>Wohnsitz- auflage</p> <p>Restrição de domicílio</p>	<p>Die Wohnsitzauflage bedeutet, dass die Ausländerbehörde einer Person vorschreibt, wo sie wohnen muss. Dies kann je nach Status der Person ein Bundesland, Landkreis oder eine festgelegte Wohnung/Lager sein (§ 12 Abs. 1 AufenthG; §61 AufenthG; §56f AsylGs)</p>	<p>Este termo é usado para indicar que o serviço de estrangeiros (→Ausländerbehörde) determina o local do domicílio da pessoa. Este lugar pode variar dependendo do estatuto de residência (→Aufenthaltsstatus) que a pessoa tem, e pode ser ou um estado federado alemão, uma região, um centro de acolhimento ou um apartamento indicado pelo serviço de estrangeiros (Artigo 12 N.º 1 e artigo 61 da Lei Alemã de Permanência (AufenthG); artigo 56f da Lei de asilo (AsylG)).</p>
---	---	---

<p>„Zwingende Gründe“</p> <p>Razões imperiosas</p>	<p>Zwingende Gründe für eine Verlassenserlaubnis können wichtige familiäre, religiöse, gesundheitliche oder politische Gründe sein. z.B. der Besuch eines Facharztes, der Besuch schwerkranker Familienmitglieder, die Teilnahme an bedeutenden religiösen Festen. Ob ein Grund als zwingend angesehen wird, liegt im Ermessen der Ausländerbehörde</p> <p>(Als Leitfaden gelten die Bestimmungen der AVwV (Allgemeine Verwaltungsvorschriften zum Aufenthaltsgesetz; Bsp.: §57 (1) AsylG; 12.5.2.2 AVwV)</p>	<p>Podem ser consideradas „razões imperiosas“ válidas para uma autorização de circulação (→Verlassenserlaubnis) todas as razões significativas que dizem respeito à família, saúde, religião ou políticas, por exemplo uma consulta com um médico especialista ou a visita de familiares com doenças graves ou a participação em festividades religiosas importantes. Cabe ao serviço de estrangeiros (→ Ausländer-behörde) considerar se é razão imperiosa ou não.</p>
---	---	---

d) Controlos Policiais

Begriff/ Termo	Erklärung	Definição
Aussage- verweigerung Recusa de depoimento	Eine Person weigert sich mit der Polizei zu reden. Jede Person hat das Recht die Aussage zu verweigern.	Uma pessoa pode recusar-se a falar com a polícia, ou seja, a prestar depoimento. Toda a pessoa tem o direito de recusar o depoimento.
Dienst- nummer Número de identificação policia	Nummer, die alle Polizist_innen haben und vorzeigen müssen, um sich zu identifizieren, wenn dies verlangt wird.	Cada polícia é obrigado a poder apresentar o do seu número de identificação, sempre que isso for requerido. Este número é necessário para poder reclamar contra um polícia. É recomendável anotar este número, cada vez que tenha contato com um polícia.

<p>Durchsuchung (von Personen)</p> <p>Revistas (pessoais)</p>	<p>Die Polizei durchsucht eine Person, d.h. Der Körper wird abgetastet. Meistens werden auch Jacken und Taschen/ Rucksäcke durchsucht (die Polizei öffnet den Rucksack und schaut hinein und nimmt eventuell Sachen heraus). Die Polizei braucht einen Grund um das zu machen, z.B. wenn eine Person keinen Ausweis zeigen kann oder will; oder die Polizei eine Straftat vermutet (vgl. → racial profiling, → Identitätskontrolle, → Passpflicht))</p>	<p>A polícia pode revistar um indivíduo, normalmente por palpação do corpo e revisando casacos/ mochilas ou bolsos (a polícia abre p.ex. a mochila, olha para dentro e possivelmente tira objetos). A polícia sempre precisa de uma razão para realizar este tipo de revistas. Razões podem ser: que a pessoa não mostra a sua documentação porque não pode ou não quer, que a polícia suspeita algum crime (ver → racial profiling, → Identitätskontrolle, → Passpflicht)</p>
--	---	--

<p>Ermächti- gungs- grundlage</p> <p>Base legal</p>	<p>In Deutschland muss jede staatliche Handlung (also auch Polizeikontrollen) eine gesetzliche Grundlage haben. Z.B.: dass die Polizei Personen nur unter bestimmten Bedingungen kontrollieren darf.</p>	<p>Segundo a legislação alemã, cada ato conduzido pelo estado tem de ser realizado a partir de uma base legal (inclusive os controlos policiais). Ou seja, os controlos policiais de pessoas são associados a determinadas circunstâncias – e caso estas não se presentem, os controlos são inválidos.</p>
<p>Ermittlungs- ausschuss (EA)</p> <p>Comissão de inquéritos</p>	<p>Eine Gruppe linker, politischer Anwälte_innen, die Menschen unterstützen, wenn sie bei politischen Aktionen (z.B. Demos) von der Polizei festgenommen werden. Der EA kann immer angerufen werden, wenn jemand festgenommen wird (030/6922222)</p>	<p>Trata-se de um grupo de advogados de convicção da Esquerda que apoiam pessoas que foram detidas durante ações políticas (p.ex. manifestações). A comissão pode ser contactada sempre que uma pessoa for detida pela polícia (030/6922222).</p>

<p>Identitätskontrolle (Zur Feststellung der Identität erforderliche Maßnahmen)</p> <p>Controlo da identidade (medidas necessárias para determinar a identidade duma pessoa)</p>	<p>Dinge die von der Polizei und anderen Behörden gemacht werden, um die Identität einer Person festzustellen. z.B.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Passkontrolle • evt. → Erkennungsdienstliche Maßnahmen 	<p>Este termo abrange todas as medidas que a polícia ou outras autoridades (→Behörde) levam a cabo para poder determinar a identidade de uma pessoa. Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controlo do passaporte - Eventuais medidas de registo de dados pessoais ou a sua consulta, ver → Erkennungsdienstliche Maßnahmen
<p>Racial Profiling</p> <p>Caracterização</p>	<p>Die gezielte Kontrolle und Kriminalisierung von Personen aufgrund von „Rassen“konstruktionen. z.B. Wenn</p>	<p>O controlo e a criminalização de certas pessoas por razões “étnicas”, por exemplo o controlo não fundamentado de pessoas por</p>

o racial	eine Schwarze Person ohne Grund von der Polizei kontrolliert wird.	causa da cor da sua pele.
Rechtsmittel Recurso	Rechtsmittel einlegen bedeutet rechtlich gegen eine Anzeige, einen Verwaltungsakt etc. zu protestieren. → Einspruch, → Beschwerde → Widerspruch.	Impôr recurso contra uma decisão significa contestar uma denúncia (→ Strafanzeige) ou um acto administrativo (→ Verwaltungsakt) etc. de forma jurídica (por exemplo por meio de → Einspruch, → Beschwerde → Widerspruch).
Schadensersatz Indemnização pelos prejuízos causados	Ausgleich eines Schadens, durch Geld oder andere Mittel. Auch Entschädigung genannt.	Uma indemnização por prejuízos causados pode ser prestada por meio de pagos ou outros recursos. Outra palavra em alemão seria „Entschädigung“.

<p>Strafantrag, Strafanzeige</p> <p>Apresentação de queixa, Denúncia</p>	<p>Wenn eine Person sagt, dass eine andere Person eine Straftat begangen hat und dafür bestraft werden soll. Ein Strafantrag kann zurückgenommen werden, <u>eine Strafanzeige kann nicht zurückgenommen werden.</u></p>	<p>Quando uma pessoa é culpada por um ato criminoso, vai ser apresentada uma queixa ou uma denúncia. A polícia/procuradoria/tribunal local vai comprovar se é culpável. Inicia-se, em consequência, um processo penal. Ao contrário da denúncia, é possível retirar uma queixa apresentada</p>
<p>Tatvorwurf</p> <p>Alegação/ acusação</p>	<p>Ein Verbrechen oder eine Ordnungswidrigkeit die eine Person laut der Polizei gemacht hat.</p>	<p>O crime ou a contravenção pela qual uma pessoa é alegada ou acusada segundo a polícia.</p>
<p>„Zur Abwehr einer Gefahr“</p> <p>„Em</p>	<p>Gefahr bedeutet alles, was die öffentliche Sicherheit und Ordnung gefährdet. Das kann sehr vieles sein. Dies wird häufig zur Legitimierung von polizeilichen</p>	<p>Qualquer coisa que ponha em risco a segurança e ordem pública pode ser referida como um perigo grave. Portanto, o termo pode ser usado de forma muito abrangente. Muitas</p>

prevenção de perigos graves“	Handlungen und Maßnahmen (z.B. bei Personenkontrollen) verwendet.	vezes os policiais aproveitam desta liberdade na definição deste termo para fundamentar ações e medidas policiais (por exemplo os controlos de pessoas).
------------------------------	---	--

IV. Lista dos leis e abreviações

ASOG	Allgemeines Sicherheits- und Ordnungsgesetz (Lei Geral de Segurança e Ordem Pública)
AsylIG	Asylgesetz – hat das AsylVfG abgelöst (Lei de Asilo - substituiu o AsylVfG)
AsylbLG	Asylbewerberleistungsgesetz (Lei Alemã dos Benefícios aos Requerentes de Asilo)
AsylVfG	Asylverfahrensgesetz (Lei do Processo de Asilo)
AufenthG	Aufenthaltsgesetz (Lei de Residência)
AVVV	Allgemeine Verwaltungsvorschriften zum Aufenthaltsgesetz (Disposições administrativas del lei de Residência)
BAMF	Bundesamt für Migration und Flüchtlinge (Serviço Federal de Migração e Refugiados da Alemanha)
BverfG	Bundesverfassungsgericht (Tribunal Constitucional Federal da Alemanha)

ED	Erkennungsdienstliche Maßnahme (Identificação criminal / controlo da identidade)
EGMR	Europäischer Gerichtshof für Menschenrechte (Tribunal Europeu de Direitos Humanos)
EU	Europäische Union (União Europeia)
EuGH	Europäischer Gerichtshof (Tribunal de Justiça da União Europeia)
GFK	Genfer Flüchtlingskonvention (Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados)
OwiG	Ordnungswidrigkeitengesetz (lei contra-ordenação)
VwVfG	Verwaltungsverfahrensgesetz (lei dos Procedimentos Administrativos)

Dieses Werk von No Border Berlin Reloades e.V ist lizenziert unter einer Creative Commons [Namensnennung - Nicht-kommerziell - Weitergabe unter gleichen Bedingungen 4.0 International Lizenz](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/legalcode)
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/legalcode>

